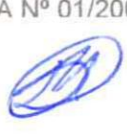


Ata da primeira reunião do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Tocantins. Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e nove, às nove horas, no prédio da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, situado na Avenida Teotônio Segurado, Edifício *Carpe Diem*, sem número, lote três, sétimo andar, plano diretor sul, na cidade de Palmas, Estado do Tocantins, CEP: 77 015-002, reúne-se, em reunião ordinária, sob a presidência da Magnífica Reitora Maria da Glória dos Santos Laia, o Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Tocantins, composto pela Reitora, como presidente; pela representação de um terço do número de *Campi*, destinada aos servidores docentes, sendo o mínimo de dois e o máximo de cinco representantes, e igual número de suplentes; pela representação de um terço do número de *Campi*, destinada ao corpo discente, e igual número de suplentes; representação de um terço do número de *Campi*, destinada aos servidores técnico-administrativos, sendo o mínimo de dois e o máximo de cinco representantes e igual número de suplentes; por dois representantes dos egressos e igual número de suplentes; por seis representantes da sociedade civil e igual número de suplentes; dois representantes do setor público e/ou empresas estatais, designados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; um representante e um suplente do Ministério da Educação, designado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; representação de um terço dos Diretores-gerais de *Campi*, sendo o mínimo de dois e o máximo de cinco e igual número de suplentes. Foi registrada a presença do representante titular do Ministério da Educação, Conselheiro Paulo César Pereira; dos representantes dos diretores dos *Campi*, Fernando Jorge Ebrahim Lima e Silva, 1º titular, Francisco Nairton do Nascimento, 2º titular, Artur Ferreira Lima Neto, 1º suplente; dos representantes dos servidores docentes, Orlando Dias Carneiro, 1º titular, Danilo Gomes Martins, 2º titular, Fábio Silveira Vidal, 1º suplente; dos representantes dos discentes, Jefferson Souza Noronha, 1º titular, Bruno Henrique Fernandes, 2º titular; representantes dos egressos, Timóteo de Sousa Lemes, 1º titular, Fernando de Deus Santos, 2º titular; dos representantes dos técnicos administrativos, Cícero Salatiel Pereira Lopes, 1º titular, Francisco das Chagas Chaves da Rocha, 2º titular, Éder Brasil de Moraes, 1º suplente, Rozangela Martins da Silva, 2º suplente; dos

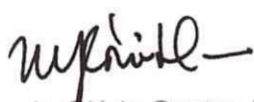


representantes da Federação do Comércio do Estado do Tocantins, Mirian Rodrigues do Rosário Santos, titular, Marco Aurélio Leal, suplente; da representante da Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado do Tocantins, Érika Jardim da Fonseca, titular; da representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Tocantins, Alteliana de Fátima Lopes, titular; da representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins, Antônio Batista de Sá, titular, Raimunda Edna Monteiro da Silva, suplente. A presidente do Conselho Superior abre a reunião saudando a todos e informando os pontos de pauta. Antes de abordar os pontos de pauta, a presidente fala sobre a importância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia em todos os seus níveis de ensino e sobre o papel fundamental do Conselho Superior na deliberação de ações que contribuirão para o desenvolvimento do IFTO. A presidente ressalta a importância da participação dos conselheiros internos e externos para que se tenha uma ação integrada visando à promoção de jovens e adultos, respeitando as características locais, culturais e a autonomia de cada instituição. A presidente declara aberta a reunião e deseja boas vindas a todos os conselheiros, pedindo que cada conselheiro faça uma breve apresentação. Encerradas as apresentações, a presidente fala sobre a importância da presença de todos os conselheiros, titulares e suplentes, para que todos possam acompanhar as atividades do Conselho Superior. A presidente informa que como primeira proposta de atividade do Conselho Superior, em virtude do decreto que regulamenta o processo eleitoral para a escolha de reitores e diretores em alguns Institutos Federais, tem-se a deflagração do processo eleitoral, paralelamente a elaboração do Regimento Interno do Conselho Superior do IFTO. A presidente informa que o prazo para deflagração desse processo eleitoral é de até o dia trinta e um de dezembro de dois mil e nove e que, nesse momento, não há como promover a participação dos alunos, pelo fato do IFTO estar em período de férias. Após as informações, a presidente solicita conselheiros para a constituição da comissão para a elaboração do Regulamento Interno. A conselheira Érika Jardim da Fonseca, representante titular da Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado do Tocantins, propõe que o Regulamento Interno do Conselho Gestor seja analisado e as sugestões trocadas por e-mail sendo coletadas e analisadas pela comissão responsável pela construção do Regulamento Interno do Conselho Superior do IFTO. A presidente coloca a proposta da conselheira em votação. A proposta é aprovada por unanimidade. A presidente pede que um representante de cada segmento interno do Conselho Superior se coloque como candidato para constituir a comissão de elaboração do Regulamento Interno. A comissão fica constituída pelos seguintes

98 representantes: Danilo Gomes Martins, representante dos servidores docentes, 2º titular;
99 Bruno Henrique Fernandes, representante dos discentes, 2º titular; Cícero Salatiel Pereira
100 Lopes, representante dos servidores técnicos administrativos, 1º titular e Timóteo de
101 Sousa Lemes, representante dos egressos, 1º titular. A presidente informa que a
102 elaboração do Regulamento Interno é de responsabilidade dos conselheiros e que eles
103 podem consultar os seus pares, como também toda a comunidade, pois todas as
104 contribuições serão importantes. A presidente observa que se o Conselho se julgar na
105 condição de elaborar o Regulamento Interno de forma fechada, a minuta poderá ser
106 trazida para aprovação na próxima reunião. Todos concordam. O conselheiro Manoel
107 Pereira de Miranda, representante titular do sindicato dos trabalhadores em saúde do
108 Estado do Tocantins, sugere que a minuta do Regulamento Interno do Conselho Superior
109 seja passada por e-mail para todos os conselheiros com cinco dias de antecedência da
110 reunião para que todos possam fazer uma leitura prévia e tomar um posicionamento.
111 Todos concordam. A presidente passa para o segundo ponto de pauta da reunião:
112 deflagração do processo eleitoral. A presidente informa que é responsabilidade do
113 Conselho Superior organizar a comissão responsável pela condução desse processo. O
114 Conselheiro Paulo César Pereira, representante do Ministério da Educação, pede a
115 palavra para fazer a leitura do decreto 6.986 de 20/10/2009 que regulamenta o processo
116 eleitoral. Após a leitura, o conselheiro explica que esse decreto define a composição da
117 comissão eleitoral que conduzirá o processo geral de eleição. Informa que deverá ser
118 constituída uma comissão geral para coordenar o processo de eleição para Reitor e uma
119 comissão específica para conduzir o processo de eleição para Diretor-Geral. O
120 conselheiro Paulo César Pereira informa que todo esse processo deverá ocorrer no
121 período de noventa dias antes do final do mandato do Reitor *Pro tempore*. O conselheiro
122 propõe que os representantes do Conselho Superior realizem uma consulta à comunidade
123 para a composição da comissão eleitoral e a partir daí as comissões específicas para
124 indicar a comissão geral. O conselheiro esclarece que deve haver uma comissão para
125 acompanhar e disciplinar às regras que orientarão as eleições e que a comissão geral
126 deverá apresentar uma proposta de regras e um calendário para o processo eleitoral. A
127 conselheira Érika Jardim da Fonseca pede a palavra e propõe que cada *Campus* defina
128 quais representantes farão parte da comissão geral. O Conselheiro Paulo César Pereira
129 pede a palavra e enfatiza que essa proposta deve garantir que o Conselho tenha uma
130 noção geral do processo de eleição em todos os *Campi* para garantir a legitimidade do
131 processo. A Conselheira Érika Jardim da Fonseca pede a palavra e pergunta se o Instituto
132 Federal do Tocantins vai viabilizar o deslocamento dos conselheiros. A presidente informa

que sim. O conselheiro Francisco Nairton do Nascimento, representante dos diretores dos *Campi*, 2º titular, pede a palavra e sugere, em virtude da falta de tempo, que o Conselho Superior envie um documento delegando aos Diretores-Gerais a tarefa de formarem as comissões específicas para não gerar um questionamento da composição dessas comissões. O conselheiro sugere ainda que os Diretores façam a indicação de três nomes de cada segmento para fazer a eleição da comissão específica. A Conselheira Érika Jardim da Fonseca observa que deverá ser elaborada uma regra básica para essa indicação. O conselheiro Manoel Pereira de Miranda pede a palavra e argumenta que essa indicação pelos Diretores poderá gerar um favorecimento de um ou de outro e que por isso os conselheiros devem estar presentes na eleição de todas as comissões para que se tenha um processo eleitoral com a máxima clareza. O conselheiro propõe que o conselheiro de cada *Campus* não faça parte da comissão fiscalizadora do seu *Campus*. O Conselheiro Fábio Silveira Vidal, representante dos servidores docentes, 1º suplente, pede a palavra e faz a contra proposta de que cada conselheiro faça parte da comissão fiscalizadora do seu próprio *Campus*. O conselheiro Orlando Dias Carneiro, representante dos servidores docentes, 1º titular, pede a palavra e sugere que o conselheiro de cada *Campus* promova a escolha da comissão específica sem indicação de nomes e, sim, mediante a candidatura dos servidores. O conselheiro destaca que a regra para essa escolha seja uniforme em todos os *Campi* e que a eleição dessas comissões será um ensaio para a eleição geral. O Conselheiro Paulo César Pereira pede a palavra e faz uma leitura de todas as propostas concluindo que tudo o que foi sugerido aponta para que o Diretor-Geral não faça indicação de nomes, mas apenas viabilize a consulta segundo a orientação dos conselheiros. O Conselheiro Paulo César Pereira sugere, então, que os membros do Conselho Superior deverão acompanhar todo o processo de escolha das comissões específicas e da comissão geral e que a constituição dessas comissões não será possível antes do dia doze de fevereiro do ano de dois mil e dez, pois sem a presença dos alunos a constituição dessas comissões poderá ser questionada. A presidente pede a palavra e coloca a proposta do conselheiro Paulo César Pereira em votação. A proposta é aprovada por unanimidade. O conselheiro Fernando de Deus Santos, representante dos egressos, 2º titular, pede a palavra e propõe que seja acrescentada a representação do egresso na comissão. A presidente pede a palavra e coloca a proposta em votação. A proposta é aprovada por unanimidade. A presidente passa agora para a indicação dos nomes para a composição da comissão que acompanhará o processo de constituição das comissões específicas e geral. A comissão fica constituída pelos seguintes representantes: Jefferson Souza Noronha representante

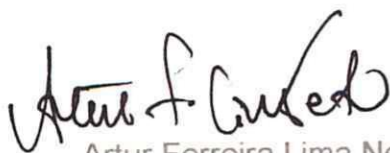
dos discentes, 1º titular; Fernando de Deus Santos representante dos egressos, 2º titular; Rozangela Martins da Silva representante dos servidores técnicos administrativos, 2º suplente; Orlando Dias Carneiro representante dos servidores docentes, 1º titular e Francisco das Chagas Chaves da Rocha representante dos servidores técnicos administrativos, 2º titular. Após a constituição dessa comissão, o Conselho Superior estabelece o seguinte calendário: até o dia doze de fevereiro de dois mil e dez deverão ser constituídas as comissões específicas; até o dia dezoito de fevereiro de dois mil e dez deverá ser constituída a comissão geral e até o final de fevereiro de dois mil e dez deverão ser elaboradas e aprovadas as regras que orientarão o processo eleitoral. O conselheiro Francisco Nairton do Nascimento pede a palavra e observa que o decreto que regulamenta as eleições prevê a possibilidade de eleições em dois turnos. O conselheiro propõe que o processo eleitoral seja realizado em dois turnos. O conselheiro Manoel Pereira de Miranda pede a palavra e propõe que o processo eleitoral seja realizado em apenas um turno em virtude da falta de tempo e que as próximas eleições poderão ser realizadas em dois turnos. A presidente coloca as propostas em regime de votação. A primeira proposta recebe dois votos e a segunda, dez votos. Não houve abstenções. Fica aprovado pelo Conselho Superior que o processo eleitoral será realizado em apenas um turno. O Conselheiro Paulo César Pereira pede a palavra e sugere que a próxima reunião seja marcada para o início do mês de fevereiro do ano de dois mil e dez e que nesta reunião seja discutido o Regulamento Interno do Conselho Superior, as regras que conduzirão o processo eleitoral e uma possível data para as eleições. Fica acordado pelo Conselho Superior que a próxima reunião ocorrerá no dia quatro de fevereiro do ano de dois mil e dez. A presidente pede a palavra e convida o assessor de Assuntos Internacionais, professor Rivadávia, a dar alguns informes. Encerrados os informes, discussões e propostas, e não havendo mais nada a se tratar, encerra-se a reunião. Eu, secretária do Conselho Superior Elaine Barbosa Caldeira Gonçalves, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada por mim, pela presidente e demais membros do Conselho Superior.


Maria da Glória Santos Laia
Presidente do Conselho Superior

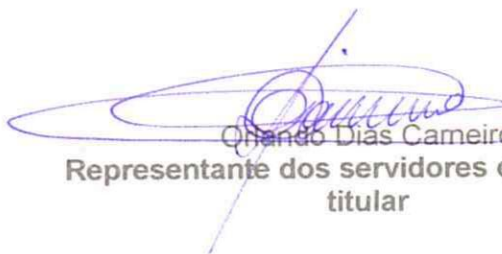

Fernando Jorge Ebrahim Lima e Silva
Representante dos diretores dos Campi-1º titular


Paulo César Pereira
Representante titular do Ministério da Educação


Francisco Nairton do Nascimento
Representante dos diretores dos Campi-2º titular



Artur Ferreira Lima Neto
Representante dos diretores dos Campi -1º
suplente



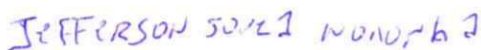
Orlando Dias Cameiro
Representante dos servidores docentes -1º
titular



Danilo Gomes Martins
Representante dos servidores docentes -2º
titular

Fábio Silveira Vidal

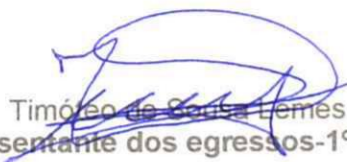
Representante dos servidores docentes -1º
suplente



Jefferson Souza Noronha
Representante dos discentes-1º titular



Bruno Henrique Fernandes
Representante dos discentes-2º titular



Timóteo de Souza Lemes
Representante dos egressos-1º titular



Fernando de Deus Santos
Representante dos egressos-2º titular



Cícero Salatiel Pereira Lopes
Representante dos técnicos administrativos-1º
titular

Éder Brasil de Moraes

Representante dos técnicos administrativos-1º
suplente

Rozangela Martins da Silva

Representante dos técnicos administrativos-2º
suplente



Francisco das Chagas Chaves da Rocha

Representante dos técnicos administrativos-2º
titular

Marco Aurélio Leal

Representante suplente da Federação do
Comércio do Estado do Tocantins



Érika Jardim da Fonseca
Representante titular da Secretaria Estadual da
Agricultura, Pecuária e Abastecimento do
Estado do Tocantins

Altelianna de Fátima Lopes

Representante titular do Sindicato da Indústria
da Construção Civil do Estado do Tocantins

Raimunda Edna Monteiro da Silva

Representante suplente da Federação dos
Trabalhadores na Agricultura do Estado do
Tocantins

Mirian Rodrigues do Rosário Santos
Representante titular da Federação do
Comércio do Estado do Tocantins

Elaine Barbosa Caldeira Gonçalves
Secretária do Conselho Superior

